

A CORRELAÇÃO ENTRE O ADOLESCENTE E O MUNDO DO TRABALHO COM A VIVÊNCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Simone Aparecida da Silva Barreto¹

Silmara Quintana²

1- Assistente Social, formada pela UNIP Campinas.

2- Assistente Social, coordenadora e professora orientadora, Curso de Serviço Social UNIP Campinas, Professora no UNIFIA.

Resumo

A presente pesquisa tem como delimitação do tema a correlação entre o adolescente e o mundo do trabalho com a vivência das medidas socioeducativas, e a ação profissional do Assistente Social frente aos múltiplos desafios relacionados à garantia de direitos. A metodologia utilizada visa uma abordagem quantitativa, com procedimentos técnicos bibliográficos, de levantamento de dados, estudo de caso, com método dialético, e método de procedimento monográfico, utilizou instrumentos de entrevista para a coleta de dados, que foi realizada com uma amostra de 10% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade na executora de Medidas Socioeducativas - COMEC (Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas). Como resultado temos a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em ingressar no mundo do trabalho, como complemento das ações socioeducativas, propondo a ampliação e a acessibilidade a espaços de informação e formação profissional.

Palavras Chaves: adolescente, mundo do trabalho, medidas socioeducativas e Assistente Social.

Abstract

The present research has as delimitation of the subject the correlation between the adolescent and the world of work with the experience of the socioeducative measures, and the professional action of the Social Worker in face of the multiple challenges related to the guarantee of rights. The methodology used is aimed at a quantitative approach, with technical bibliographical procedures, data collection, case study, with dialectical method, and method of monographic procedure, used interview instruments for data collection, which was performed with a sample of 10 % Of adolescents in conflict with the law that comply with the socio-educational measure of Community Service Provision of COMEC (Center for Adolescent Orientation of Campinas). As a result, we have an understanding of the difficulties faced by teenagers who commit an infraction in entering the world of work, as a complement to socio-educational actions, proposing the expansion and accessibility of vocational training spaces.

Key words: adolescent, world of work, socio-educational measures and Social Worker.

Apresentação

Este artigo é o resultado da monografia, apresentada como requisito parcial da titulação de bacharel em Serviço Social.

A pesquisa demonstra as dificuldades enfrentadas pelo adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em ser inserido no mundo do trabalho. Entende-se que a categoria adolescente é uma construção social, num contexto de diversidades socioculturais, nesta lógica, perceber os adolescentes e estabelecer elementos norteadores para o enfrentamento dos obstáculos postos pelo mundo globalizado,

como as novas dinâmicas de trabalho, da educação, e a família em seus diversos arranjos e o próprio adolescer é desafiador.

Suscitar um olhar para além do mundo do trabalho, considerando a vivência em uma sociedade consumista, e ainda assim, realizar escolhas com princípios éticos que são vitais à transformação de sua perspectiva de sujeito social. Reconhecendo que esse sujeito social é um adolescente, e, portanto seu viver está permeado pelas inúmeras relações sociais, culturais, políticas e econômicas, e diante de tudo isso se espera a construção da identidade desse adolescente com valores que seja éticos.

Esta compreensão é delimitada pelos sujeitos desta pesquisa que são adolescentes, cujo ato infracional, assim tipificado legalmente, culminou em medida socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade - PSC no COMEC, a medida que é a resposta do Estado frente ao adolescente em conflito com a lei, e visa ressignificar e trabalhar as fragilidades apresentadas pelos adolescentes e seu grupo familiar, contribuindo desta forma para a formulação de um projeto de vida, suscitando os valores sobre o sentido do trabalho como meio de realização pessoal e de participação social na transformação do mundo.

As transformações contemporâneas que afetam o mundo do trabalho, seus processos e os sujeitos que acarretam profundas redefinições no Estado e nas políticas sociais, provocando novas demandas e possibilidades ao trabalho do Assistente Social, ainda que a política de assistência social seja um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, o que também é uma característica das medidas socioeducativas, constrói-se aqui uma das áreas de mediação do exercício profissional dos assistentes sociais de referência desta política, que aqui se apresentou de forma concisa e extremamente relevante para possibilitar acessos visando a garantia de direitos e nos processos de fortalecimento desses sujeitos sociais.

Desenvolvimento

Compreendendo o Universo Adolescente

1-Adolescente

A palavra “adolescência” vem do latim *adolescere*, que significa *crescer*, e foi utilizada pela primeira vez em 1430 na língua inglesa e se referia as idades de 14 a 21 anos para homens e 12 a 21 anos para mulheres, hoje a adolescência não é mais vista como uma preparação para a vida adulta, mas passou a adquirir sentido em si mesma, e teve revisões em relação a faixa etária. para o Estatuto da Criança do Adolescente ECA, Lei 8.069/1990¹ (Brasil) esse período se estende dos 12 aos 18 anos.

Este é um período de transformações significativas que não refletem só no indivíduo, mas na família e na comunidade, são mudanças simultâneas no aspecto bio-psico-social, que é lento e doloroso,

pois é a perda da identidade infantil e a relação que se tinha com os pais na infância, é uma contradição entre manter algumas das conquistas da infância e a ânsia em alcançar um novo status, Aberastury e Knobel (1981, p.13) apresentam esse processo da seguinte forma:

Neste período flutua entre uma dependência e uma independência extrema, e só a maturidade lhe permitirá, mais tarde, aceitar ser independente dentro de um limite de necessária dependência. Mas, no começo, mover-se-à entre o impulso ao desprendimento e a defesa que impõe o temor à perda do conhecido. É um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso, caracterizado por fricções com o meio familiar e social. Esse quadro é frequentemente confundido com crises e estados patológicos (ABERASTURY e KNOBEL, 1981, p.13).

A compreensão do processo evolutivo do adolescente é indispensável para não resumí-la apenas como uma etapa preparatória para a maturidade, pois esse reducionismo trás prejuízos ao adolescente no seu processo de auto identidade, Aberastury e Knobel (1981, 26) afirma que “[...] isto não implica negar que o caminho da adolescência é integrar-se nesse mundo adulto, onde terá que aceitar sua nova configuração de ser humano[...]”, é um processo contínuo de formação de identidade onde o relações parentais internalizadas e o meio social contribuem nesse processo evolutivo, eles saem da infância para a adolescência com dificuldades postas, conflitos, incertezas que neste período se magnificam e lhes é exigida uma maturidade estabilizada, caráter e uma personalidade adulta pra qual ele ainda não estão preparados, por isso os conflitos são constantes, diante desta busca de identidade, assim escreve Aberastury e Knobel:

Na adolescência tudo isso acontece com uma intensidade muito marcada. A situação mutável que significa a adolescência obriga a reestruturações permanentes externas e internas que são vividas como intrusões dentro do equilíbrio conquistado na infância e que obrigam o adolescente, no processo de conquistar a sua identidade, a tentar refugiar-se ferreamente em seu passado enquanto tenta também projetar-se intensamente no futuro. (ABERASTURY E KNOBEL, 1981, p.34).

Aberastury e Knobel (1981, p. 14) relatam que esse processo é conflitante para os adolescentes e responsáveis, pois eles se vêem frente à dificuldade em aceitar esse crescimento, vivenciam o sentimento de rejeição e não lidam bem com a manifestação de liberdade que o adolescente passa a exigir, essa incompreensão e rejeição se desencontram e seguem por dois caminhos, a concessão de uma liberdade exagerada que o adolescente entende como abandono, ou, pelo ressentimento e reforço da autoridade que geram conflitos nem sempre bem resolvidos, que causam um distanciamento entre responsáveis e adolescentes em uma fase crítica.

A liberdade que esse adolescente exige pode ser compreendida em três facetas, conforme Aberastury e Knobel (1981, 20) a liberdade de saídas e horários, a liberdade de defender uma ideologia e a liberdade de viver um amor e um trabalho, neste sentido os pais se ocupam em coibir a liberdade de saídas e horários, e assim teoricamente eles acabam por controlar as demais, o que para o adolescente é

uma violação e motivo de revolta, quando os pais seguem por esse caminho restringindo as saídas e utilizando-se da dependência econômica para cercear a liberdade do adolescente, entende-se que houve algo mal conduzido na educação anterior o que leva esses pais a se autodeclararem vencidos.

Tiba faz um recorte sobre esse tipo de postura e conclui:

Sofrem os pais cujos filhos adolescentes pertencem ao grupo de risco de serem vítimas da violência social, do abuso de drogas. Pouco resultado dá ficar vigiando, controlando seus passos, laçando-os com o cordão umbilical para trazê-los de volta para casa, ou usarem a coleira virtual (telefone celular, GPS, etc.) É preciso que os pais preparem seus filhos internamente, seja por liberdade progressiva, seja por terapia, para que eles aprendam a se proteger sozinhos, a não se exporem tanto aos perigos nem às drogas. (TIBA, 2010, p.30).

Outro fator nesta correlação é a sociedade que não se modifica e mantém suas rígidas estruturas mesmo quando os indivíduos que a compõe estão em frequente mutação, segundo Aberastury e Knobel (1981, p. 16) o “[...] problema mostra assim o outro lado, escondido até hoje debaixo do disfarce da adolescência difícil: é o de uma sociedade difícil, incompreensiva, hostil e inexorável, às vezes, frente à onda de crescimento [...]”.

Almeja-se uma sociedade que se modifique frente ao adolescente que está em frequente mutação, pois o ser humano está em constante transformação do momento em que nasce até o momento da sua morte, para tanto precisamos revisitar nossos conceitos e os acordos sociais, adequando-os a realidade, Tiba (2010, p.62) declara “[...] A maior liberdade do ser humano é a liberdade de escolha, mas sua maior qualidade é a disciplina para realizar as escolhas”.

Aberastury e Knobel (1981) completam ao tratarem a questão da prevenção, somos uma sociedade que vive de paliativos e não na ótica da prevenção, o que segundo eles seria o ideal:

A prevenção de uma adolescência difícil deve ser procurada com a ajuda de trabalhadores de todos os campos do estudo do homem que investiguem para a nossa sociedade atual as necessidades e os limites úteis que permitam a um adolescente desenvolver-se até um nível adulto. Isso exige um clima de espera e compreensão, para que o processo não se demore nem se acelere. É um momento crucial na vida do homem e precisa de uma liberdade adequada, com a segurança de normas que lhe possam ir ajudando a adaptar-se as suas necessidades ou a modificá-las, sem entrar em conflitos graves consigo mesmo, com seu ambiente e com a sociedade (ABERASTURY e KNOBEL, 1981, p.23)

O ECA (1990) preconiza “[...]a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”, que necessita ser aceita pela sociedade e ter suas especificidades compreendidas e respeitadas.

Aberastury e Knobel (1981, p.28) apresentam uma lista dessas especificidades da seguinte forma:

O adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades extremas de acordo com o que conhecemos dele. Em nosso meio cultural, mostra-nos períodos de elação, de introversão,

alternando com audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas nas quais se pode oscilar do ateísmo anárquico ao misticismo fervoroso, intelectualizações e postulações filosóficas, ascetismo, condutas sexuais dirigidas para o heteroerotismo e até a homossexualidade ocasional. Tudo isso é o que eu chamei de uma entidade semipatológica ou, preferindo “uma síndrome normal da adolescência” (Aberastury e Knobel, 1981, p.28).

Diante da sociedade o adolescente só pode ser inserido após ter minimamente a capacidade de reorganização interna e a sua capacidade de definir sua identidade ocupacional, para assim ser aceito e exercer sua capacidade diante das transformações sociais que lhe são postas.

A delinquência corresponde a uma debilidade dos sistemas de controle interno do indivíduo que, por razão do superego fraco e insuficiente provoca a conduta tida como delinqüente, para a satisfação de desejos inconscientes de punição, sob a prerrogativa de que ser adolescente é viver de forma perigosa.

Quando analisamos dialeticamente os pressupostos teóricos e olhamos para a sociedade e em especial para os adolescentes, percebemos muitos desses conflitos e mais ainda, percebemos a dificuldade dos pais/responsáveis e da sociedade em lidar com esses conflitos, Aberastury e Knobel (1981), o tratam:

Desta maneira, o fenômeno grupal adquire uma importância transcendental, já que se transfere ao grupo grande parte da dependência que anteriormente se mantinha com a estrutura familiar e com os pais especialmente. O grupo constitui assim a transição necessária no mundo externo para alcançar a individualização adulta. O grupo resulta útil para as dissociações, projeções e identificações que seguem ocorrendo no indivíduo, mas com características que diferem das infantis. (ABERANSTURY e KNOBEL, 1981, p.37)

Diante deste processo de grupo a oposição às figuras parentais é uma maneira ativa de determinar sua nova identidade, isso passa pelo vestuário, costumes, pela maneira de se comunicar, pelas preferências em suas várias formas, tudo para se firmar frente ao novo grupo.

O adolescente é uma construção de relações que ele vivencia ao longo de sua vida, que nem sempre corresponde aos padrões culturalmente esperados pela sociedade, as condições sociais buscam essa construção com a finalidade de atender a lógica capitalista.

2-O adolescente e as relações familiares

A NOB SUAS 2005, trás o seguinte conceito de família [...] núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno das relações de geração e de gênero [...], entende-se a família como um espaço de proteção e prioritário no cuidado de crianças e adolescentes como preconiza o ECA em seus artigos 4º, 19º e 25º, nesta perspectiva podemos compreender que é a família é a base para as relações sociais primárias do ser humano, é um espaço de proteção e de convívio.

Devemos entender o que a instituição família vem sofrendo modificações ao longo da história, atualmente a idéia primaria de família nuclear antes formada por pai, mãe e filhos, abre precedentes para novas configurações familiares, novos arranjos de convivência social. Antes se definia família pelos laços consangüíneos, ou seja, a herança genética era o fator determinante para a se considerar membro da mesma família. Mas no decorrer dos anos a modernidade revelou novas formas de entendimento dessas relações, e hoje são muitos os conceitos de família, a unidade nuclear que pode ser vista para além dos laços consangüíneos por afinidade, que constituía um grupo domestico que vive sob o mesmo teto e se mantém pela contribuição de seus membros.

As mudanças sociais tem interferência no âmbito familiar de maneira bem expressiva a distribuição dos papeis e obrigações, as famílias mono parentais, atribuições externas e as transformações constantes e inerentes ao momento histórico em que vivemos, as relações entre pais e filhos também sofreu alterações em seu padrão, deixando para trás um relacionamento baseado na autoridade e construindo um relacionamento baseado no dialogo e mais aberto, o qual é elemento fundamental nas relações de convivência familiar.

Tiba (2010, p.58) [...] infrações familiares cujas consequências imediatas podem ser insignificantes, mas são precedentes das grandes transgressões sociais[...]

As atitudes que são desenvolvidas dentro de casa junto a família são as que precedem as atitudes para as relações sociais comunitárias e essa tem sido pauta de muitas discussões sobre a ausência dos pais/responsáveis devido a essas novas configurações familiares e nas dinâmicas em relação ao trabalho especialmente feminino.

Partindo do pressuposto sobre o adolecer e seus significados, na seção seguinte estreitaremos nosso olhar para uma especificidade que é o objeto deste estudo, o adolescente autor de ato infracional.

3- O adolescente e o ato infracional:

A sociedade é regulada por leis de mercado que caracteriza um modelo socioeconômico e cultural na ótica do capitalismo que atribui grande valor em possuir bens, que a maioria das pessoas jamais terá, conforme Castro apud Baumam (2006, 1990, p.94), [...todo mundo pode ser lançado na moda do consumo; todo mundo pode desejar ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo pode ser um consumidor...]. A sociedade capitalista produz a miséria e sua sobrevivência depende dela, com isso instauram-se as expressões da questão social que se originam na tensão entre capital x trabalho, que norteiam essa sociedade consumista, repleta de contradições, pois não se tem acesso aos bens produzidos, sendo assim essa limitação de consumo vivenciada pela maioria, podem ocasionar sentimentos de frustração que muitas vezes podem ser

traduzidos em situações de violência e de crimes (em se tratando de adolescentes, ato infracional). Castro (2006) faz considerações sobre a sociedade e sua formatação nessa lógica do consumismo que é uma realidade posta:

Trata-se de uma sociedade cada vez mais pautada pela obtenção de bens, por valores absolutamente individuais, onde a violência é cinicamente apresentada como se fosse algo externo ao nosso modo de ser e de estabelecer relações, como também, que os atos violentos fossem de exclusividade dos pobres. Neste sentido, podemos pensar que alguns são responsabilizados individualmente por sintomas sociais e pelo mal-estar em que vivemos (Castro, 2006, p. 39).

Em se tratando de compreender as práticas dos atos infracionais dos adolescentes, existe o mito hiperdimensionado do problema, que trás a ideia de que cresce a violência e que esta produzida por adolescentes e jovens, mas não há nenhum órgão oficial que sustente essa afirmação, ao contrario, estudos afirmam que os atos infracionais, praticados por adolescentes, são menores do que se imagina, quando comparados ao tema violência e criminalidade, produzida por sujeitos sociais na fase adulta.

Considerando que os adolescentes autores de ato infracional trazem consigo uma vivencia de violações em seu cotidiano sejam no âmbito familiar, social e econômico fazendo deles vitimas, mas também causadores de atos de violência, nessas relações antagônicas não só adolescentes, mas a sociedade em sua grande maioria tenta sobreviver, alguns ressignificam as exclusões sofridas, a desigualdade social, as políticas publicas que não contemplam as necessidades mínimas. Por esse ângulo, a violência pode ser vista como uma atitude de resistência as injustiças e a ascensão ao mundo do consumo.

Castro (2006) problematiza [... a adolescência e o ato infracional compreendendo-os como socialmente construídos e como sintomas de uma sociedade que se pauta no individualismo consumista...], se analisarmos o processo sócio-histórico vivenciado por esses adolescentes no decorrer da sua historia, como um ser social, histórico e que é constituído pelas suas relações sociais, em relação à dialética individuo-sociedade, vemos que o consumismo esta presente em todos os processos das relações sociais.

Ao infringir a lei, os adolescentes são vistos como não cumpridores de seus deveres, desqualificados e rotulados como infratores que devem ser retirados do convívio social e “recuperados” desta forma Miyagui (apud Fraga, 1996) afirma que “[...] o Estado passa a assumir o papel de responsável por meio do trabalho, uma vez que esse é visto como demarcador entre o que é e o que não é socialmente aceito...]”, o Estado busca soluções institucionais para conter a delinquência, não se respeita o adolescente autor de ato infracional como um sujeito de direitos, já que ele, é considerado um transgressor das normas sociais. Na lógica funcionalista a concepção da sociedade que visa o equilíbrio

e a “normalidade” compreende a prática do ato infracional como uma falha no processo de socialização do adolescente e que esta deve modificá-lo visando reintegrá-lo, conforme os padrões postos pela ordem social vigente.

Não se considera a importância das condições políticas, econômicas, sociais e culturais na formação do adolescente em conflito com a lei, e nem que essas reverberam como violação de direitos que excluem-no da cidadania e do acesso aos bens e serviços.

Essa exclusão tem co-responsabilidades, e tem responsáveis civis e jurídicos, seja no Estado que se organiza em poder legislativo, executivo e parlamentar, no sistema de justiça (defensoria pública, promotoria e varas civil e criminal), na sociedade privada e pública, todos retroalimentam esse sistema que vitimiza o adolescente, pela violação de direitos e antagonicamente o criminaliza pela pobreza e a exclusão.

Olhando para além do ato infracional em si, para os elementos desencadeadores do comportamento conflitantes com a lei, entender que o sistema social oferta fatores desencadeantes como a pobreza, a vulnerabilidade, a injustiça e a privação, desta forma podemos compreender esses delitos como estratégias de sobrevivência ou uma resposta a esta sociedade que os trata de forma injusta e os priva de seus direitos.

Dentre as novas relações construídas na adolescência, de violação de direitos e violência social está a busca por sua inserção no mundo do trabalho, como alternativa a inclusão social. Diante deste contexto, o adolescente precisa superar: a exclusão, as violações de direitos, injustiças, e concorrer a uma vaga no mundo de trabalho, como alternativa ao conflito com a lei, superando e se incluindo num mercado competitivo e exigente.

4 O mundo do trabalho e o adolescente

Entende-se o trabalho como instância privilegiada de inserção social, que se apresenta de modo decisivo, para as produções de subjetividade, efetivando assim um papel fundamental na construção de projetos de vida emancipada dos sujeitos sociais.

Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do processo de humanização do homem. (ANTUNES, 2000, p.136)

O mundo do trabalho sofreu transformações significativas nos últimos 30 anos, que culminam hoje num debate intenso sobre sua centralidade como categoria constituinte de uma conduta socialmente aceita.

As transformações nos padrões de produção e organização ocorridos nas últimas décadas do século XX, as dinâmicas produtivas e as relações sociais de produção distintas das ocorridas em outras conjunturas do capitalismo desencadeiam conseqüências adversas, por exemplo, a diminuição do emprego estável e assalariado e assim, o crescente aumento do desemprego e do trabalho informal. Entretanto, diante de todas as transformações pelas quais o mundo do trabalho tem passado, sustenta-se que este ainda constitui uma categoria importante e central para a compreensão das ações humanas na sociedade contemporânea.

O entendimento do mundo do trabalho em seus novos moldes é um dos desafios que precisamos transpor, para então colaborar no processo de construção do projeto de vida.

De acordo com Antunes (2000), na era taylorismo/fordismo, ergueu-se um sistema de compromisso e de regulação que, limitado aos países capitalistas avançados, ofertavam a ilusão que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva e duradouramente controlado, regulado e fundado em um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado. A perspectiva dos trabalhadores era em ter um emprego para a vida toda, dentro de uma empresa, a idéia de longo prazo era algo fomentado nos trabalhadores, fazia-se necessário a construção de um modelo de convivência suportável que atenderia ao interesse de todos, patrões e empregados.

O Brasil nunca assistiu essa estabilidade em sua complexidade, teve nos anos 90 um desenvolvimento intenso de reestruturação produtiva do capital, implantados com base nos modelos de acumulação flexível e do ideário japonês, processo que vem se efetivando mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comporta e mesclam elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada nos processos de produção, e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível do toyotismo (Antunes, 2000), o Brasil, de certo modo, assiste a enormes enxugamentos da força de trabalho, concomitantes com transformações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. Essas mudanças aliadas ao movimento de desestruturação do mercado de trabalho no país, o que evidencia, de certa forma, a natureza e a dimensão da atual crise do emprego.

Compreendemos que o mundo do trabalho não absorve a força de trabalho disponível, e a superpopulação relativa de trabalhadores é essencial à reprodução das relações de trabalho do capitalismo, Lara dialoga sobre essa temática, e diz:

É sobre a classe trabalhadora que recai o maior ônus decorrente do padrão de acumulação, uma vez que tem provocado um processo crescente de exclusão do mercado de trabalho, especialmente em relação aos “antigos” postos de trabalho formais e “estáveis”. Alguns segmentos sofrem mais intensamente esse processo, entre eles os jovens e os trabalhadores na faixa etária acima de quarenta anos. Enquanto os primeiros tornam-se alvos fáceis para os quadros da criminalidade, os últimos são considerados “velhos” demais para o capital, ingressando na informalidade como alternativa de sobrevivência, ao mesmo tempo em que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva, num mundo em que a oferta de vagas no setor produtivo é irrisória, e o setor de serviços não absorve a força de trabalho disponível. (LARA, 2008, p.82)

O ECA preconiza leis que garantem aos adolescentes o acesso ao mundo de trabalho em tese devidamente preparados, conforme a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu “[...] Art.1 inciso 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social.[...]”, ou seja, em grande parte das escolas existe uma preparação para a iniciação do adolescente/jovem no ensino técnico ou superior, em detrimento para a inserção no mundo do trabalho, porém, a grande maioria dos adolescente por motivos socioeconômicos, abreviam os estudos para ingressarem no mundo do trabalho sem uma formação eficiente e eficaz que possa lhe assegurar uma remuneração digna.

Silva (2011) complementa que,

Contudo é necessário que sejam criadas condições concretas de melhorias do processo de escolarização, objetivando a valorização dos hábitos de leitura., do pensamento lógico, do ensino de habilidades profissionais, além de apoiá-las na busca por empreendimentos geradores de renda, estimulando a criatividade e o comportamento empreendedor, sensibilizando-os para os idéias do associativismo como estratégia indutora de desenvolvimento social em nossa sociedade. (SILVA, 2001, p.4)

A contradição marca nossa sociedade e em relação aos processos de trabalho não é diferente, pois este é fonte de exploração e é também fonte de emancipação, por isso indagamos seria possível o adolescente extrair do processo de trabalho a felicidade, e manifestar suas potencialidades e criatividade? Compreendemos que a educação e a cultura são fundamentais para que os adolescentes encontrem um sentido para o trabalho, que contribua na construção de um sentido em sua vida.

Para uma melhor compreensão da importância do sentido do trabalho para o adolescente é que o homem modifica o mundo e a si mesmo, produz cultura e se auto produz, sendo assim, é produto e produtor da cultura. Na contemporaneidade essa produção não se dá apenas na esfera material, como na imaterial, e mesmo as relações entre as pessoas ganham contornos mercadológicos na lógica capitalista, e na filosofia consumista, em que o processo produtivo se torna o objetivo do homem, em vez do homem ser o objetivo da produção.

Silva (2011), salienta que a inserção do adolescente no mundo do trabalho de demanda preocupações em varias esferas:

“A inserção no mundo do trabalho tem sido uma das preocupações da juventude e também, dos educadores e gestores das políticas públicas. Existe uma convicção generalizada de que é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da vulnerabilidade social e pessoal deste segmento social, além da limitada oferta de oportunidades e da falta de preparo específico do jovem para assumir funções de trabalho.” (SILVA, 2011, p.8)

Discutir a relação entre trabalho e o adolescente autor de ato infracional tende a ser mais que analisar uma questão de escolha profissional e da obtenção de um emprego, tendo em vista a peculiaridade deste público, significa contribuir para a formulação de um projeto de vida que perpassa por ressignificar o sentido do trabalho como meio de realização pessoal e participação na transformação do mundo. E ainda inclui reflexões sobre a própria história de vida, com suas metas, desafios e sonhos, o trabalho é mais um meio de construção da identidade dos jovens e adolescentes, o melhor caminho é dar voz ao sujeito do processo.

Neste processo de construção o papel do profissional de Serviço Social é fundamental para propiciar a percepção desses conflitos entre a sociedade e o adolescente numa concepção dialética do ser social.

5- O trabalho do assistente social nas medidas socioeducativas

O profissional de Serviço Social tem sua atuação construída a partir dos processos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo apreendidos no contexto histórico e político da produção e da reprodução na relação capital x trabalho.

Arruda e Pinto (2013) apresentam o trabalho do assistente social nas medidas socioeducativas contextualizando o seu papel dentro da equipe interdisciplinar, onde agrega seu saber com os demais saberes da Psicologia, da Terapia Ocupacional, da Pedagogia, do Direito e outras áreas. Para além da atuação interdisciplinar com os profissionais, se faz necessário a articulação do assistente social com os demais atores envolvidos na instituição, que compõem a rede interna de atendimento, ao adolescente e seu grupo familiar sendo estes educadores, recepção, auxiliares, diretores, etc e a rede intersetorial de serviços de proteção e garantia de direitos..

Apresentando a atuação profissional nas medidas socioeducativas, Arruda e Pinto (2013) relatam:

Considerando o espaço sociocupacional de atuação do centro socioeducativo, podemos afirmar que o Assistente Social tem algumas atribuições específicas no seu cotidiano profissional e algumas competências em conjunto com as demais áreas (ou técnicos), como por exemplo, na elaboração de relatórios, planilhas de atividades, participação em reuniões de equipe, de estudo de caso e em atividades promovidas pela unidade, dentre outros. O atendimento realizado ao adolescente e ao grupo familiar feito pelo profissional de Serviço Social é um atendimento social, que tem como foco principal os fatores referentes à prática infracional que envolvem

trajetória sócio-histórica da família e do adolescente, análise das demandas apresentadas por eles, leitura dessas demandas e identificação de outras demandas que, até mesmo, a família e o adolescente não tenham percebido. É de posse destas informações que o Assistente Social elabora a sua estratégia de intervenção profissional. Ressalta-se que a intervenção profissional é pautada para a efetivação continuada dos direitos sociais e no que tange a especificidade das medidas socioeducativas visa também contribuir para o processo de responsabilização do adolescente. Aqui buscamos esclarecer quanto ao objeto de análise do Serviço Social na medida socioeducativa de internação e o que difere do objeto das demais áreas do saber. A resolução do Conselho Federal do Serviço Social - CFESS Nº557/2009 em seu art. 4º estabelece que “o assistente social ao atuar em equipes multiprofissionais, deverá garantir a especificidade de sua área de atuação” e para isso entendemos ser necessário ter clareza do objeto em análise para uma intervenção profissional qualificada (ARRUDA E PINTO, 2013, p. 7).

Compreendemos a atuação do assistente social nestes espaços que tem seu início antes mesmo da chegada do adolescente em si, com a designação do adolescente pela Vara da Infância e da Juventude (VIJ) para a executora da medida socioeducativa, minimamente um processo de análise do encaminhamento para iniciar o atendimento de posse das informações fornecidas pelo mesmo, a partir daí o processo de acolhimento que pode ser ou não realizado pelo assistente social ou pelos demais técnicos da instituição, é o primeiro passo para a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), onde serão elencadas as expectativas do adolescente e seu grupo familiar sobre a medida em si e suas perspectivas para o futuro.

O atendimento social visa acolher todas as informações necessárias para identificar as demandas do grupo familiar e verificar as referências familiares, averiguar a documentação pessoal, levantar quais os equipamentos sociais que este adolescente já frequentou com o intuito de agregar informações importantes para compor o PIA, segundo Arruda e Pinto (2013), é nesse momento que são acordados os atendimentos posteriores e o assistente social procura identificar os principais elementos históricos da vida do adolescente para a construção PIA, conduzindo o adolescente e seu grupo familiar, por meio das intervenções, estratégias e reflexões à construção da responsabilidade frente às demandas postas e construídas de acordo com cada caso, é importante neste momento averiguar quais são as referências familiares mais significativas para o adolescente.

São nestes primeiros encontros onde serão dadas as informações de como se dará o cumprimento da medida socioeducativa, a importância do acampamento familiar e participação da família na realização e execução do PIA, e os acordos para a participação nos eventos, nas reuniões e encaminhamentos promovidos pela unidade executora para a rede externa.

Iamamoto () afirma que,

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 1997, p.20).

Nesta perspectiva o assistente social tem importante papel na dinâmica da construção do PIA juntamente a equipe técnica, devido a sua abordagem dialética e por ter uma visão para além do ato infracional em si, mas para a historicidade desse grupo familiar e do território a qual pertence, o que possibilita compreender em que momento a família “permitiu” a atuação infracional do adolescente, ou seja, em que momento essa família se encontrava, quais as contingências individuais e familiares vivenciadas na ocasião, a medida que essas questões são respondidas, certamente as ações serão para fortalecer essas vulnerabilidades, desta forma o PIA vai tomando sentido, pois as fragilidades do adolescente e do seu grupo familiar podem ser ressignificadas e isso possibilita a superação.

Por isso Arruda e Pinto (2013, p.9) afirmam que, [...] outra questão deve orientar o atendimento do Assistente Social é a busca pela compreensão do lugar que o adolescente ocupa no contexto familiar e qual é o lugar reconhecido pelo adolescente na própria família.[...], são importantes na construção do PIA, pois vislumbram a autoaceitação desse adolescente em sua relação social primaria que é a família.

A família é convidada a participar e esclarecida da importância da mesma no processo, que possibilita a identificar questões subjetivas que possam ter contribuído para a situação vivida pelo adolescente e pela família.

Neste período de acompanhamento serão realizadas entrevistas domiciliares pelo assistente social e sempre que possível pelo psicólogo de referência para compor a compreensão do contexto sócio histórico desse grupo familiar em seu território de pertencimento, pois estes certamente têm influencias sobre a historicidade do adolescente.

O mapeamento dos serviços existentes na comunidade, estabelece contatos para encaminhamentos futuros ou para obter informações do atendimento ofertado ao grupo familiar.

A necessidade de novas entrevistas são levantadas à partir do estudo de caso e discussão com a equipe técnica, mas cabe aos profissionais de Serviço Social se atentar a postura profissional coerente com os princípios do Código de Ética Profissional, com ênfase no que se refere ao Título III – Das Relações Profissionais – Capítulo I – Das Relações com os/as Usuários/as, Artigo 5º:

- a- Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b- Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c- Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as;
- d- Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

- e- Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f- Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional;
- g- Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- h- Esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional (CFESS, 1993, P.29-30).

O profissional do Serviço Social é a referência da equipe técnica na organização e planejamento das atividades com a família, mas não é exclusivo, já que o trabalho se dá em um ambiente com equipe interdisciplinar.

Cabe ao Assistente Social a articulação junto a rede intersetorial do Sistema de Garantia de Direitos para o adolescente e seu grupo familiar, após identificar as demandas e realizar os encaminhamentos e acompanhar a evolução dos mesmos, no mapeamento do território do adolescente averigua-se quais os equipamentos existentes na comunidade e no decorrer da medida socioeducativa.

Identificando-se como participe da divisão sócio-técnico do trabalho, em uma situação de precarização do trabalhador, entendendo que equipe profissional, famílias e adolescentes compõem a mesma sociedade, e a mesma categoria trabalho, com todos os desafios que a permeiam.

6 – Metodologia da Pesquisa

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC, organização da sociedade civil, executa o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) está inserido no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade na Política de Assistência Social.

São objetivos do serviço: realizar acompanhamento social aos adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais. Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional. Estabelecer contratos com o (a) adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa.

A presente pesquisa delimitou o problema em:

- a)O adolescente autor de ato infracional tem a mesma possibilidade de inserção no mundo do trabalho que um adolescente não envolvido no universo infracional?
- b)O adolescente autor de ato infracional encontra na medida socioeducativa oportunidades para ressignificar o universo infracional e construir uma nova perspectiva de vida?

c) Existe interesse por parte do adolescente autor de ato infracional em se inserir no mundo do trabalho seja ela formal ou informal?

Tendo partido das hipóteses:

a) A inserção do adolescente autor de ato infracional no mundo do trabalho é um desafio que tem como uma de suas barreiras à organização pessoal.

b) A ausência de um referencial familiar inserido no mundo trabalho, que tenham a carteira assinada e os direitos trabalhistas assegurados, pois grande parcela dessa população tem no trabalho informal sua principal fonte de renda.

c) O mundo do trabalho está preparado para estes adolescentes, estariam dispostos a construir uma nova história junto com esses adolescentes, existe um olhar cuidadoso, visto que se encontram em uma fase que tende a ser passageira. Contudo a evasão escolar é fator limitante a inserção desse adolescente ao mundo do trabalho.

Foram traçados os seguintes objetivos para a pesquisa:

a) Identificar como é a dinâmica entre adolescentes em conflito com a lei do COMEC (Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas) e o mundo do trabalho, e suscitar um olhar ampliado sobre o tema.

b) Verificar se o serviço proporciona condições para a construção de projetos de vida que possibilitem aos adolescentes uma reorganização pessoal que seja condizente com os parâmetros que o mundo do trabalho exige.

c) Reconhecer o referencial de mundo do trabalho que possibilite ao adolescente novas oportunidades de inserção que respeite as suas condicionalidades enquanto pessoa em desenvolvimento.

d) Avaliar qual a contribuição para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão dos adolescentes em suas relações sociais e vivências que os permitam ocupar espaços de formação profissional.

A metodologia utilizada na pesquisa contou com uma abordagem quantiquantitativa, com objetivos descritivos, explicativos e exploratórios, com procedimentos bibliográficos, levantamento de dados e estudo de casos, o método utilizado foi dialético.

A coleta de dados se estabeleceu a partir do contato com os adolescentes, nos dias em estavam nos grupos de PSC, num primeiro contato com os sujeitos foram informados os objetivos da pesquisa e a duração média das entrevistas, foram esclarecidos a cerca da natureza da pesquisa e da confidencialidade dos dados e da não identificação dos mesmos no processo. A pesquisa contou com uma amostra aleatória de 10% dos adolescentes em cumprimento de PSC.

Coleta de Dados:

Tabela 1: Perfil dos sujeitos pesquisados

Adolescente	Idade (anos)	Bairro	Região	Tem Filhos	Se quantos?	sim
S.A.	18	VI União	Sudoeste	Não	xx	
M.T.	18	Pq. Oziel	Sul	Não	xx	
P.V.	18	Pq. Oziel	Sul	Não	xx	
W.C.	17	Jd. Esmeraldina	Sul	Não	xx	
O.M.	18	Jd. C. GRande	Noroeste	Não	xx	
M.M.	18	Jd. S. Dumont	Sudoeste	Sim	1 (3 anos)	
F.H.	18	Jd. P. Viracopos	Sudoeste	Não	xx	

A Tabela 1 apresenta as informações sobre cada adolescente pesquisado, contendo idade, bairro de residência, território geográfico no município de residência, se tem filhos, quantos e idade destes.

Tabela 2 – Perfil da família dos sujeitos pesquisados.

QUESTÕES 1 – 7	SUJEITOS DA PESQUISA						
	S.A	M.T.	P.V.	W.C.	O.M.	M.M.	F.H.
1. Quantas pessoas moram em sua em sua casa	2	1	4	5	3	5	3
2. Com quem você mora atualmente	genitora	sozinho	genitores	genitores	genitora	genitores	genitores
3. Quem é o/a principal responsável pelo sustento em sua casa	genitora	proprio	genitor	genitor	genitora	genitor	genitores
4. Qual a escolaridade do/a responsável financeiro do lar	E.F.	1º ano E.M.	E.F.	7º ano E.F.	E.F. comp	E.F. comp	**
5. Quantas pessoas de sua casa trabalham com carteira assinada	1	0	0	1	0	0	1
6. Qual a sua escolaridade	7º ano E.F.	1º ano E.M.	E.M. Comp	1º ano E.M.	2º ano E.M.	9º ano E.F.	E.M.comp
7. Atualmente você esta matriculado a algum estabelecimento de ensino	sim	não	**	sim	sim	sim	**

Tabela 2- São 07 questões em relação a família do pesquisado, sendo que duas são compostas por 5 membros, uma de 4 membros, duas de três membros e uma de 2 e uma com 1 membro. Demonstra que um adolescente reside sozinho, 2 com suas genitoras e 04 com seus genitores. Em relação a escolaridade pelo (a) responsável um não respondeu, 2 ensino fundamental completo, 2 ensino fundamental I incompleto e 1 ensino fundamental II incompleto e 1 ensino médio incompleto. Em relação aos que trabalham formalmente apenas 03 famílias, sendo 1 em cada família. Em relação a escolaridade de cada pesquisado 2 com EM completo, 3 EM incompleto e 2 EF incompleto. Sobre a matrícula na rede de educação dos pesquisados, 4 estão matriculados, a não está matriculado e 2 não responderam.

8- Você gostaria de continuar estudando?

S.A – sim, desenho artístico
 M.T. – sim, educação física
 P.V. – sim, mecânica de carros
 W.C. – não.
 O.M. – sim.
 M.M. – sim, enfermagem
 F.H. – sim.

9- Gostaria de fazer um curso profissionalizante? Se sim qual o curso e onde?

S.A – sim, desenho
 M.T. – sim, informática
 P.V. – não.
 W.C. – não.
 O.M. – sim, técnico em elétrica
 M.M. – não
 F.H. – sim, técnico em eletro eletrônica

10- Atualmente você trabalha? Se sim onde trabalha. Se não a quanto tempo que você esta procurando trabalho?

S.A – não, 1 ano e 6 meses
 M.T. – não, 5 meses
 P.V. – sim, oficina mecânica do genitor.
 W.C. – não, 1 ano
 O.M. – não, 6 meses
 M.M. – não, 1 ano
 F.H. – não, 8 meses

Tabela 3 – como procurou trabalho

11 - De que maneira você já procurou trabalho.	SUJEITOS DA PESQUISA						
	S.A	M.T.	P.V.	W.C.	O.M.	M.M.	F.H.
Pelos anuncios de jornais		X					
Pelos anuncios da internet							X
Por uma agência ou consultoria de emprego, bolsa trabalho							X
Pelos cartazes em comércios;outros						X	
Eu fui pessoalmente a empresa/ loja/ instituição	X		X		X	X	X
Através de indicação de pessoas (parentes, amigo, conhecido)				X			X
Fiz uma consulta na repartição de emprego pública (ex: Poupa Tempo, CPAT)					X	X	X
Outros							

Tabela 3- Como procurou trabalhar: 36% pessoalmente, 22% através do CPAT, 14% indicação de pessoas, demais por jornais, cartazes, anúncios.

12. Você acha que precisa se capacitar para achar trabalho. Se sim, porquê.

- S.A – sim, bastante, porque quanto mais capacitação melhor.
- M.T. – não.
- P.V. – sim, tem que estar preparado.
- W.C. – sim, para ter um bom emprego.
- O.M. – sim.
- M.M. – sim, fazer cursos para ter mais conhecimentos.
- F.H. – não.

Tabela 4- Onde os pesquisados querem trabalhar.

13 - Você gostaria de trabalhar, onde.	SUJEITOS DA PESQUISA						
	S.A	M.T.	P.V.	W.C.	O.M.	M.M.	F.H.
Em uma grande empresa			X		X		X
Em uma repartição pública (funcionário público)		X					
Em uma pequena empresa						X	
Em uma organização social ONG	X						
Em uma cooperativa							
Em um micro empreendimento	X			X	X		

Tabela 4- Os pesquisados querem trabalhar: 34% em uma grande empresa, 33% funcionário público, demais em outras áreas.

Tabela 5- Motivos que o adolescente não consegue trabalho:

14 - Em seu ponto de vista, quais os motivos que os adolescentes/jovens não conseguem trabalho.	SUJEITOS DA PESQUISA						
	S.A	M.T.	P.V.	W.C.	O.M.	M.M.	F.H.
Pela idade			X	X	X	X	
Pela falta de experiência de trabalho					X	X	
Pelos contatos e vinculações					X		
Porque é exigido o estar inserido na escola ou formado							
Porque s salários não são atrativos							
Por exigir cursos ou capacitações		X		X	X		X
Outros	X	X				X	

Tabela 5- 4 adolescentes referem que a idade é motivo de desemprego, 4 porque exigem capacitação, 2 por falta de experiência, 3 outros motivos não informados 1 pelo histórico de contatos e vinculações.

Tabela 6- Sobre discriminação para ser aceito no trabalho:

15 - Você acha que existe discriminação, porque:	SUJEITOS DA PESQUISA						
	S.A	M.T.	P.V.	W.C.	O.M.	M.M.	F.H.
Aspectos físicos				X			X
Roupas			X	X			X
Bairro onde reside				X		X	X
Mãe com filhos						X	
Classe social							
Questões de gênero							
Outros							

Tabela 6- sofre discriminação para ser aceito no mundo do trabalho, 3 referem ser pelo bairro que residem, 3 devido as roupas, e pelo aspecto físico, 1 por ter ser mulher com filho.

16. Para você é importante trabalhar com carteira assinada? Porque?

S.A – sim, pois tem seguros e pode aposentar o tem os benefícios da carteira.

M.T. – sim, porque têm seus direitos, tirar férias, folgas.

P.V. – é melhor trabalhar com carteira assinada.

W.C. – sim, para se aposentar logo.

O.M. – é bom, porque ter carteira assinada tem benefícios.

M.M. – sim, porque você se aposenta rápido.

F.H. – eu acho se for mandando embora, você pode ganhar um dinheiro.

17. Em sua opinião o que leva alguém a querer trabalhar no setor informal (sem carteira assinada)?

S.A – pois as vezes não oferece registro, mas tem bom salário ou falta de opção.

M.T. – é rápido e é dinheiro fácil.

P.V. – falta de experiência, necessidade.

W.C. – porque do desemprego não dá para escolher

O.M. – o dinheiro

M.M. – necessidade.

F.H. – precisando muito de serviço, tem que trabalhar de qualquer jeito.

18. O que você entende por setor informal?

S.A – trabalho que não tem registro, e nem os seguros do INSS.

M.T. – um meio mais fácil, porém sem direitos.

P.V. – fica melhor para arrumar emprego.

W.C. – nada.

O.M. – trabalhar para si mesmo.

M.M. – não respondeu.

F.H. – não sei.

19. Em sua opinião o que dificulta o adolescente e arrumar um emprego hoje?

S.A – só querem se divertir.

M.T. – os estudos que não capacita.

- P.V. – porque eles pedem que tenha experiência.
- W.C. – jeito de falar.
- O.M. – o mercado de trabalho é fechado, tem poucas coisas para se fazer.
- M.M. – aparência e as habilidades.
- F.H. – transporte, devido ao desemprego.

20. Qual a sua motivação na hora de procurar um emprego?

- S.A – meu futuro, se ele não tiver um emprego não sou nada.
- M.T. – o salário
- P.V. – o salário
- W.C. – o salário
- O.M. – o salário.
- M.M. – onde é (local) e o salário.
- F.H. – o salário.

21. O que você espera de um emprego?

- S.A – em lugar comunicativo, como uma família, respeito.
- M.T. – que seja bom, bem remunerado e plano de carreira.
- P.V. – tem que trabalhar e se esforçar.
- W.C. – melhora de vida.
- O.M. – que seja legal, limpo e que tenha várias pessoas.
- M.M. – que consiga e ficar muito tempo.
- F.H. – de poucas horas e que ganhe bastante.

7- Análise do Dados

O roteiro do instrumental foi elaborado com questões que possibilitassem a apreensão dos adolescentes em relação ao mundo do trabalho e quais suas expectativas em relação ao mesmo.

Na primeira parte do instrumental cabe destacar as informações no que diz respeito as hipóteses levantadas neste pesquisa, analisando os dados apresentados constatamos que 85% residem com os pais/responsáveis e que 40% dos sujeitos da pesquisa não possuem um referencial em seu grupo familiar inserido no mundo do trabalho com carteira assinada, quanto a isso Aberastury e Knobel (1981) argumentam o seguinte:

A presença internalizada de boas imagens parentais, com papéis bem definidos, é uma cena primária amorosa e criativa... por outro lado, figuras parentais não muito estáveis, nem bem definidas em seu papéis podem aparecer ante o adolescente como desvalorizadas e obrigá-lo a procurar identificação com personalidades mais consistentes e firmes, pelo menos num sentido compensatório ou idealizado (ABERASTURY E KNOBEL, 1981, P. 57).

Entendemos que elementos sócio-históricos e culturais são fatores determinantes nas projeções dos adolescentes, contudo devemos considerar que para além dessas expressões sócio-históricas e culturais, existem embasamentos biopsicossociais.

Na segunda parte do instrumental que diz respeito à inserção em estabelecimentos de ensino, dentre os sujeitos da amostra quatro (4) se encontravam matriculados, dois (2) haviam concluído o Ensino Médio e um (1) não estava matriculado, ou seja, 60% da amostra encontra-se inserida em estabelecimentos de ensino, porém dos que se encontram matriculados todos estão fora do período correto de acordo com a idade. Da amostra apresentada em relação à formação continuada, ou seja, em cursos técnicos ou em Ensino Superior 85% dos sujeitos demonstraram interesse em dar continuidade ao processo de formação, porém quando questionados referente a necessidade de se capacitar para o mundo do trabalho 70% da amostra alegam que sim, Silva (2011), pondera sobre essas percepções e apresenta o seguinte:

Numa sociedade marcada pela transitoriedade, repleta de sinais confusos, propensa a mudar com rapidez e de forma imprevisível, a escola, a família e as demais instituições devem cuidar da formação ético-social e profissional, para que o jovem possa modificar sua biográfica e a de seus companheiros. A procura por jovens com experiência profissional é um fator que eleva a importância do treinamento em serviços, para obter e aperfeiçoar as habilidades e conhecimentos profissionais. Com isso, uma grande parcela da melhoria do sistema de ensino no país cabe as empresas. No cenário atual, caracterizado pela tecnologia e pela mudança de valores, várias são as instancias que respondem pela formação do adolescente (SILVA, 2011, p.8).

Já foi vencido, em Campinas/SP, a dificuldade da inserção na escola, atualmente a dificuldade está na sua permanência, precisamos contar para além dos técnicos com seu grupo familiar, seus diferentes professores e a direção da escola e que todos trabalhem na mesma perspectiva da garantia de direitos e no fortalecimento desse adolescente para superação das vivencia do ato infracional e na reconstrução de seus ideias que perpassa pela educação.

Podemos compreender que a inserção desses adolescentes enfrentam dificuldades principalmente no tocante ao primeiro emprego, em detrimento do despreparo e da desqualificação frente a competitividade. A realidade dos adolescentes brasileiros apontam para uma reformulação nas políticas publicas de primeiro emprego, e não somente no sentido de estimular a busca precoce do mundo do trabalho, mas de construir um projeto de vida e preparar para a convivência humana, para aprender a ser, saber e fazer. Sendo assim Silva (2011) afirma; [...] Ingressar no mercado do trabalho, sem base escolar, pode ser um fator desfavorável ao desenvolvimento de uma trajetória profissional satisfatória [...].

Na terceira parte do instrumental que trata de informações relacionadas ao trabalho, de acordo com os dados coletados 85% dos sujeitos pesquisados estão fora do mundo do trabalho, apenas 1 se encontra inserido no setor informal.

Ao verificar a forma pela qual estes procuram um trabalho, na pesquisa cerca de 36% alegam que comparecem pessoalmente ao local, 22% utilizam serviços de repartições de emprego publicas e 14% através de indicação de parentes/conhecidos.

Quando questionados a cerca das dificuldades de inserção no mundo do trabalho e quais entendem que são fatores limitantes ou mesmo excludentes, 34% dos sujeitos entrevistados relatam que as roupas utilizadas pelos mesmos não colaboram no processo seletivo, 33% da amostra relata que o local onde residem influência no processo de análise do perfil, 22% alegam que aspectos físicos são fatores que dificultam a sua inserção como por exemplo: tatuagens, piercings, etc; e 11% declaram que o fato de serem mãe com filho(s) é um fator excludente ou limitante no processo seletivo.

Aberastury e Knobel (1981) afirmam que:

Não há duvidas de que o meio em que vive determinará as novas possibilidades de identificação, futuras aceitações de identifições parciais e incorporações de uma grande quantidade de pautas sócio-culturais e econômicas que não é possível minimizar. A posterior aceitação da identidade esta forçosamente determinada por um condicionamento entre individuo e o meio que é preciso reconhecer. (ABERSTURY E KNOBEL, 1981, p.51- 52)

Entendemos que vivemos prisioneiros de mecanismos de exploração e alienação, em que o trabalho deixa de ser meio de realização e se transforma em instrumento de coisificação que aborta muitas perspectivas de criatividade e de um sentido emancipador da vida, sendo assim, os processos de inserção no mundo do trabalho estão imersos nesse processo de coisificação e decorrente disso o cerceamento dos adolescentes em meio ao processo seletivo ocorre de forma discriminatória, a desigualdade social enfraquece as possibilidades de realizações das potencialidades humanas, em especial nos adolescentes, que constataam essas fragilidades no momento em que vão se candidatar a vagas e se deparam com visões e comportamentos impregnados de preconceitos.

Aos analisarmos as questões dissertativas do instrumental de pesquisa constatamos que os entrevistados são unânimes em afirmar que o trabalho com a carteira profissional devidamente assinada é importante e as sustentações para essa afirmativa são variadas como, pois tem benefícios e pode se aposentar futuramente (cic, S.A.); porque tem direito de férias e folgas (cic M.T.); é melhor trabalhar com carteira assinada (cic P.V.); para se aposentar logo(cic W.C.); é bom pelos benefícios (cic O.M.); porque se aposenta rápido (cic M.M); se for mandado embora pode ganhar dinheiro (cic F.H.), existe uma idealização do trabalho com carteira assinada e seus benefícios, esses direitos trabalhistas que foram adquiridos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (1932)

Nesta perspectiva Rodrigues e Bellini (2010) afirmam que:

A análise da estrutura ocupacional brasileira evidencia um crescimento maior das categorias de trabalhadores marcadas pela informalidade e precariedade. Resultado da flexibilização das condições legais e efetivas de inserção no mercado de trabalho, deixando sem significativas alterações o estatuto jurídico que regula as relações entre capital e trabalho. É na informalidade que se realiza a pretendida flexibilização, bem como se produz a precarização da vida e no trabalho de um grande contingente de trabalhadores devido a ausência de alternativas à integração aos direitos laborais pela única via a do registro em carteira assinada. Trabalhadores

sem carteira assinada, trabalhadores não contribuintes da Previdência, empregados domésticos e trabalhadores por conta própria aumentaram sua participação no conjunto dos ocupados; porém, evidencia-se, no momento atual, avanço de condições laborais pouco favoráveis aos trabalhadores, correspondendo às grandes tendências em curso no campo do trabalho (RODRIGUES eBELLINI, 2010, p117).

Compreendemos que nos dias atuais a precarização do trabalho com carteira assinada é real, e é cada vez maior a parcela da população que CE levada à informalidade, devido a diversos fatores, e não é diferente para os adolescentes, que ainda tem que disputar vagas no mundo do trabalho com profissionais experientes que vislumbram uma recolocação, o que dificulta ainda mais seu processo de inserção. Nesta dinâmica os entrevistados se posicionam favoráveis ao ingresso no trabalho de maneira informal e alegam que às vezes esta é a única opção que eles têm, ou que é uma maneira rápida de conseguir dinheiro.

Considerações Finais

Compreendemos que o adolescente contemporâneo vive uma contradição, pois existe uma padronização exacerbada de posturas e atitudes e, por outro lado, a condição do adolescente que é definido como alguém com grande inquietude e por vezes rebelde e que busca um sentido para a sua vida.

Entendemos que os adolescentes envolvidos nesta pesquisa tem uma especificidade bem delimitada, o que faz deste publico alvo de diretrizes específicas e de políticas publicas que atendam as demandas que eles apresentam, quando vislumbramos a inserção destes no mundo do trabalho, entendemos que para tanto varias de suas percepções precisam ser ressignificadas e suas fragilidades fortalecidas, contudo, devemos buscar solidificar ações que viabilizem a capacitação e potencialidades para que ações concretas que promovam a capacitação e potencializem seus aspectos positivos e que os distancie do universo infracional, ações que promovam o fortalecimento das habilidades, da empregabilidade, proporcionando um futuro promissor, que permita com que ele perceba o seu entorno social e ao desenvolver o trabalho socioeducativo e que este leve-o ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Diante desta perspectiva, o trabalho do profissional do Serviço Social com esses adolescentes e seu grupo familiar, demanda por profissionais estudiosos do social, com suas múltiplas expressões da questão social e da vida cotidiana:

[...] profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É,

portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão da realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo. (MARTINELLI, 2006, P.2)

Diante do exposto no que diz respeito ao adolescente autor de ato infracional e sua inserção no mundo do trabalho, a pesquisa demonstrou que um dos limites é a falta de experiência, e que a escola precisa abrir espaço para os adolescentes discutirem seus projetos de vida e não podemos falar em projetos de vida sem passar pelo trabalho, onde ao abordar o tema trate sobre suas inquietações, seus temores, suas expectativas e possibilitando assim a percepção do trabalho como realização pessoal e meio de participação, cooperação, sobrevivência e construção de uma nova realidade, para estes e para a sociedade, permitindo que a escola assuma seu papel transformador junto ao adolescente na sociedade, em conjunto com políticas públicas de inserção no mundo do trabalho, visando a formação ética, social e profissional para possibilitar aos adolescentes serem protagonistas em sua própria história.

Contudo ao dedicar-se a essas questões não serão apenas os adolescentes os privilegiados, mas essas ações irão refletir e beneficiar seu grupo familiar, a comunidade, a escola, melhorando assim a qualidade de vida que conseqüentemente refletirá na diminuição da violência e na possibilidade de construção de novos projetos de vida.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY**, Arminda e **KNOBEL**, Mauricio. "A síndrome da adolescência normal." *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*; Porto Alegre, Artes Médicas; 1981; 92 p.
- ANTUNES**, Ricardo, Adeus Trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho/ Ricardo L. Antunes; 11ª Ed.; São Paulo; Cortez; Campinas/SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ARRUDA**, Daniel P. e **PINTO**, Patrícia da Silva; O trabalho do Assistente Social na medida socioeducativa de internação: praticas e desafios; III Simposio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20MEDIDA%20SOCIOEDUCATIVA%20DE%20INTERNA%20C3%87%20C3%83O.pdf>. Acesso em 28 de Ago 2015.
- BOCK**, Ana Mercês Bahia. "A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão." *Cadernos Cedes* 24.62 2004: 26-43. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20090.pdf> . Acesso em 08 de Mai 2016.
- BRASIL**, SOCIAL,. "Código de Ética do Assistente Social e Lei 8662/93 de regulamentação da profissão." 9ª Edição. rev e atual.; Brasília; Conselho Federal de Serviço Social, 2011; 60 paginas. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 24 de Mar 2016.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 20 de Ago 2016.

BRASIL, Estatuto da criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990; Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm . Acesso em 12 de Abr 2016.

BRASIL, Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados a atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.) ; Rio de Janeiro, CRESS, 2013;

BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL, TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Texto da Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009. MDS, 2009. 45p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimentointegral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download> Acesso em: 02 de Mar 2016.

CASTRO, Ana Luiza de Souza. "Ato infracional, exclusão e adolescência: Construções sociais." (2006).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. "O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas." *Fortaleza: Cress-CE* (1997).

LARA, Ricardo, A produção do conhecimento em Serviço Social: O mundo do trabalho em debate; Franca/SP, 2008 http://200.145.6.238/bitstream/handle/11449/106112/lara_r_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=yPAULO 2008, <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp075591.pdf>

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. In Revista Emancipação, ano 6, nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

MIYAGUI, Camila, "O adolescente e a medida socioeducativa de prestação de serviço a comunidade; *São Paulo*; 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17309> Acesso em: 26 de Jun 2016.

RAICHELI, Raquel; Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas, *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10>. Acesso em 26 de Nov 2016.

RODRIGUES, Priscila Françoise Vitaca. Proteção social e as transformações do trabalho. *Revista Serviço Social & Saúde*, v. 9, n. 10, p. 103-122, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/03.pdf>. Acesso em 12 de Ago 2015.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. "Jovens adolescentes e a inserção ao mundo do trabalho: influências e percepções." *CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Vol. 11. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7172503-Jovens-adolescentes-e-a-insercao-ao-mundo-do-trabalho-influencias-e-percepcoes.html>. Acesso em 29 de Set 2015.

TIBA, Içami. *Adolescentes: Quem ama, educa!* 9ª. ed.; São Paulo; Editora Gente, 2010.

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

ZAMORA, Maria Helena. "Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia." *Revista Eletrônica Polêmica* 7.2 (2008): 7-20. Disponível e;

<http://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/ADOLESCENTES-EM-CONFLITO-COM-A-LEI-UMA-BREVE-REVISAO.pdf> . Acesso em 08 de Nov 2015.